Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Programa de Agentes Comunitários de Saúde

CNPJ 66.518.267/0033-60

Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2022	Passivo	Notas	2022
Ativo Circulante			**Patrimônio Líquido**		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	0,01	**Patrimônio Líquido**		
		0,01	Déficit do Exercício	17	(677.072,92)
			Transferências Patrimoniais		677.072,93
					0,01
Total do Ativo		**0,01**	**Total do Patrimônio Líquido**		**0,01**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Superávit Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-	-
Transferências Patrimoniais	-	677.072,93	677.072,93
Déficit do Exercício	(677.072,92)		(677.072,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(677.072,92)**	**677.072,93**	**0,01**

Demonstração do Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Notas	2022
Receitas Líquidas	5	**6.834.182,07**
Contratos de Contratos de Gestão	6	6.959.514,84
Realização de Bens Públicos em nosso poder		1.455,87
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(126.788,64)
Custos		**(7.249.975,96)**
Pessoal e Reflexo	8	(6.300.532,97)
Serviços Terceirizados	9	(902.262,22)
Medicamentos e Materiais de Consumo	10	(47.180,77)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	15	(1.241.923,43)
(-) Isenção da CPP Usufruída	15	1.241.923,43
(=) Resultado Bruto		**(415.793,89)**
Despesas		**(1.399.125,00)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.993,44)
Despesas Gerais	11	(399.097,65)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**7.482,20**
Outras Receitas		7.482,20
(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras		**(809.402,78)**
Resultado Financeiro	7	**132.329,86**
Receitas Financeiras		137.292,49
(-) Despesas Financeiras		(4.962,63)
Déficit do Exercício	17	(677.072,92)

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	2022
Atividades Operacionais	
Déficit do Exercício	(677.072,92)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**(677.072,92)**
Atividades de Investimento	
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(13,33)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(13,33)**
Atividades de Financiamento	
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	13,33
Incorporação ao Patrimônio Líquido	677.072,93
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**677.086,26**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**0,01**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Disponibilidades no Início do Exercício	-
Disponibilidades no Final do Exercício	0,01
Variação Líquida nas Disponibilidades	**0,01**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481,98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Caraguatuba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 30/2017**, com prazo de vigência de 36 meses, visando a operacionalização, apoio e execução das **Unidades de Estratégia de Saúde da Família (Conjunto Toyama e Novo Horizonte)** e **Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Jundiapeba)**. Em 20/05/2020 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2020 a 25/05/2021. Em 25/05/2021 foi assinado o 6º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2021 a 25/05/2022. Em 25/05/2022 foi assinado o 8º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2022 a 25/05/2023. Em 19/08/2022, através do Ofício nº 369/2022-DRB/SMS, a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes informou o encerramento do Contrato de Gestão nº 30/2017, com data de 04 de outubro de 2022. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Estratégia de Saúde da Família** e o **Programa de Agentes Comunitários de Saúde** foram constituídos como filial através do **CNPJ nº 66.518.267/0033-60**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas adotando-se ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos requeridos diante da impossibilidade de a Entidade continuar com as atividades do Contrato de Gestão nº 30/2017. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Esses demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração revaluina a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações a reverem, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **• Benfeitorias:** 25 anos; **• Instalações:** 10 anos; **• Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **• Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **• Aparelhos e instrumentos de uso médico:** 10 anos; **• Equipamentos de informática:** 5 anos; **• Móveis e utensílios:** 10 anos; **• Veículos:** 5 anos. **3.c) Intangível:** • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incertezа gerada na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2022
Banco do Brasil S.A.	0,01
	0,01

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **5. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o controle sobre o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Direitos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

6. RECEITAS COM CONVÊNIOS

	2022
Contrato de Gestão 30/2017 (ESF e PSF)	6.959.514,84
	6.959.514,84

7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	137.291,77
Descontos Obtidos	0,72
(-) Juros Bancários	(0,02)
(-) Tarifas Bancárias	(4.757,75)
(-) Juros e Mora Comerciais	(135,36)
(-) Imposto sobre Aplic. Financeiras	(0,88)
(-) IOF	(0,14)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(68,48)
	132.329,86

8. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2022		2022
Remunerações	4.918.794,21	Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.222.544,15
Benefícios	507.782,74	Cota Patronal s/ Serviços Prestados por: Pessoas Físicas	19.379,28
Encargos Sociais	873.956,00		**1.241.923,43**
	6.300.532,97	(-) Isenção Usufruida:	
		(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.222.544,15)
		(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	(19.379,28)

9. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2022
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	79.708,78
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	725.657,01
Serviços Assistenciais – Pessoas Físicas	96.896,43
	902.262,22

10. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2022
Materiais de Consumo	40.436,38
Materiais de Conservação e Reparos	4.407,66
Outros Materiais e Insumos	2.336,73
	47.180,77

11. DESPESAS GERAIS

	2022
Contas de Consumo	9.211,52
Aluguéis	10.423,77
Administrativas	377.756,97
Outras Despesas Gerais	7.705,39
	399.097,65

12. COBERTURAS DE SEGUROS A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **13. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatórios para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **14. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. **15. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições previdenciárias não usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.241.923,43 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.222.544,15
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por: Pessoas Físicas	19.379,28
	1.241.923,43

(-) Isenção Usufruida:

(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.222.544,15)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	(19.379,28)

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **17. DÉFICIT DO EXERCÍCIO** O Déficit do Exercício de 2022 foi de R$ 677.072,92.

Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA — **Dr. Mário Santoro Junior** – Gerente de Desenvolvimento Institucional

CONTADOR — **Alexandre Papi** - CRC 1SP130223/O-3

"Relatório Anual - 2022 - Janeiro a Dezembro - Dados consolidados"

Estratégia Saúde da Família - Mogi

Indicador	1º Semestre Meta	1º Semestre Realizado	2º Semestre Meta	2º Semestre Realizado
Consultas Médicas	14.653	13.305	11.531	11.100
Atendimento Domiciliar do Médico	0	332	0	360
Teleatendimento do Médico	0	0	0	53
Consultas do Enfermeiro	7.997	8.455	5.496	5.188
Atendimento Domiciliar do Enfermeiro	0	587	0	491
Teleatendimento do Enfermeiro	0	18	0	55
Visita Domiciliar do ACS	147.672	139.700	113.092	81.408
Famílias Cadastradas	0	45.721	0	35.264
Pessoas Cadastradas	0	147.672	0	113.092
Menor de 01 Ano	2.389	2.334	1.861	1.771
Gestantes	1.358	1.317	979	714
Hipertensos	18.389	17.577	14.795	10.789
Diabéticos	8.341	8.066	6.811	5.062
Pesquisa de Satisfação	4.911	4.725	7.639	2.645

Saúde Bucal - Mogi

Indicador	Meta	1º Semestre Realizado	Meta	2º Semestre Realizado
Atendimentos do CD	2.916	2.616	3.664	3.281
Atendimento Domiciliar do Dentista	0	963	0	26
Procedimentos do CD	0	4.212	0	8.129

Assistência Farmacêutica - Mogi

Indicador	Meta	1º Semestre Realizado	Meta	2º Semestre Realizado
Receitas Atendidas da Unidade	0	17.499	0	22.644
Receitas Atendidas em Outro Serviço Público	0	5.328	0	7.692
Antibióticos	0	3.154	0	3.301
Controle Especial (RDC344/98)	0	13	0	4

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP - 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador
CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR

CNPJ: 67.139.907/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2022

ATIVO	R$	PASSIVO	R$
CIRCULANTE	**1.567.459**	**CIRCULANTE**	**984.817**
DISPONIVEL	**1.470.418**	**CURTO PRAZO**	**984.817**
Caixa Geral Com Restrição	105	Obrigações Gerais	0
Bancos Mov. Com Restrição	404.272	Obrigações Sociais	244.617
Bancos Mov. Sem Restrição	66.052	Obrigações Trabalhistas	446.626
Bancos Poup. Com Restrição	876.029	Obrigações Tributárias	17
Bancos Poup. Sem Restrição	123.960	Fornecedores Gerais	7.394
CREDITOS DIVERSOS	**97.041**	Provisões	286.163
Adiantamentos	65.319	Outras Obrigações	0
Valores a Receber	14.302	**NÃO CIRCULANTE**	**5.775.463**
Outros Créditos	17.420	**LONGO PRAZO**	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.323.994**	Empréstimo	5.525.384
IMOBILIZADO	**6.035.410**	Outras Obrigacoes a Pagar	102
IMOBILIZAÇÕES	6.035.410	Provisões de Processos Trabalhistas	240.977
DEPRECIAÇÃO	**711.416**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**131.173**
(-) Depreciação do Imobilizado	711.416	Patrimônio Social	524.782
		Superávit/(Déficit) do Exercício	-393.609
TOTAL DO ATIVO	**6.891.453**	**TOTAL DO PASSIVO**	**6.891.453**

DEMONST. SUPERÁVIT/(DÉFICIT)

	R$
RECEITAS	**8.452.780**
ÁREA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**6.986.947**
-Verbas Municipais - São Paulo	6.367.856
-Taxa Instituicional	165.692
-Outras Receitas	453.399
ÁREA ADMINISTRAÇÃO	**1.465.833**
-Trabalho Voluntário	28.830
-Doações Voluntárias	149.829
-Associados	211.480
-Outras Receitas	1.075.694
DESPESAS	**8.846.389**
Custos com Obras Sociais	7.217.041
Despesas Administrativas	1.574.754
Despesas Financeiras	25.764
Trabalho Voluntário	28.830
SUPERÁVIT /(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**-393.609**

NOTAS EXPLICATIVAS

I – CONTEXTO OPERACIONAL **O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR,** constituído em 1 de julho de 1991 é entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, que funciona desde 23 de maio de 1987 como Departamento Assistencial do Centro Espírita "A Caminho da Luz", desmembrado nessa data, e que terá tempo indeterminado, com sede à Rua Managé, n.º 78, bairro: Água Rasa, município de São Paulo. A Entidade tem por finalidade a criação e manutenção de unidades de atendimento para promover o bem estar físico, mental, emocional e social de indivíduos, crianças, jovens, adultos, idosos e famílias, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com recursos próprios e com auxílio de poderes públicos e da sociedade civil. No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar não fará e não admitirá que seus associados o façam, qualquer discriminação em razão de convicção política ou filosófica, crença religiosa, condição social, raça, nacionalidade, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras. A entidade presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societárias brasileiras e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

III – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração do superávit/(déficit) do exercício**: As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comparamos de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) **Estimativas contábeis**: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **d) Instrumentos financeiros**: Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. **e) Ativos circulantes e não circulantes**: **Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa**. Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor em mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras**: São registradas pelos